

A CENA POLÍTICA, O MUNDO SOCIAL E O CAMPO DO PODER

THE POLITICAL SCENE, THE SOCIAL WORLD AND THE FIELD OF POWER

Kênia Sousa da Mota¹

Resumo: O objetivo deste artigo é explorar o tema “A CENA POLÍTICA, O MUNDO SOCIAL E O CAMPO DO PODER” sobre o âmbito da educação brasileira, pautada no viés do IPEA PNAD com o texto “Mapa do buraco & a busca de soluções para sair dele”, o dialogo vai nortear alguns autores clássicos e contemporâneos como OLIVEIRA (2000) e SANTOS (2015), no qual irão abrir um leque de conversas sobre os caminhos no qual, deve ser trilhado para a transformação da educação brasileira de qualidade. Tal análise, vai ter como metodologia a pesquisa bibliográfica, e nos procedimentos foi realizado um levantamento de pesquisa sobre as obras que entram em consenso com o tema, posteriormente foi realizado a leitura das obras referente a temática.

Palavras-Chave: educação, desafios, política e poder

Abstract: The objective of this article is to explore the theme “THE POLITICAL SCENE, THE SOCIAL WORLD AND THE FIELD OF POWER” within the scope of Brazilian education, based on the bias of IPEA PNAD with the text “Map of the hole & the search for solutions to get out of it”. The dialogue will guide some classic and contemporary authors such as OLIVEIRA (2000) and SANTOS (2015), which will open a range of conversations about the paths that must be followed for the transformation of quality Brazilian education. This analysis will have as its methodology

¹ Mestranda em Ciência da Educação, pós graduada metodologia do ensino da língua portuguesa e literatura

bibliographical research, and in the procedures a research survey was carried out on the works that agree with the theme, later the works related to the theme were read.

Keywords: education, challenges, politics and power

INTRODUÇÃO

Em virtude do cenário atual, em vista da atual situação para se decidir sensatamente sobre as novas descobertas, se faz necessário compreender a cena Política, o mundo social e o campo do poder em semelhança sociais, políticas e econômicas que movem a ciência, e que esse processo só faz sentido através de um ensino que tente a transformar o educando em pessoas críticas e conscientes de que a ciência desenvolvida pelos cientistas compete não só à ao educando mais a toda à Humanidade.

A composição de poder é formada por sistema de hierárquico, e muitas vezes, o domínio chegar a ser abusivo, o campo de poder político que resistem o sistema educacional, governa, além disso a burocracia é abordado através da consideração de que tecnicamente, a burocracia é o meio de poder mais altamente desenvolvido nas mãos do homem que o controla, pois o exagero de formalidade em uma administração prejudica o desenvolvimento do bom profissional.

Segundo Morin (2004), encarar a ciência e a sociedade como dois processos distintos é negar a essência do mundo, pois existe uma influência mútua entre ciência e as condições sociais na qual ela se desenvolve, tentar isolá-la, de alguma forma, imune a ação das forças sociais e econômicas é negar o poder de ação do homem.

O ensino brasileiro nos mostra como esta situação econômica, as ideologias políticas e os debates referentes a estes temas intervieram na constituição da política educacional em cada momento. Se paramos um instante e pesarmos em nossa história, como numa imagem, poderemos remeter a nossa realidade momentânea a um determinado contexto político e social, a partir das dissertações pesquisadas, podemos visualizar que as disputas políticas e as visões educacionais sempre se mostraram entrelaçadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Todos sabemos o quanto o ensino brasileiro é defasado, ocupamos a sexta posição no ranking do PIB mundial, apesar de haver projetos idealizados na cabeça dos governantes, eles não são postos em práticas, as pessoas dizem que temos que investir nas crianças, pois, essas são o futuro, mas esquecem que já vivemos no futuro e elas (as crianças) já estão inseridas nele. Apesar disso, sabe-se que, a educação conseguiu avanços consideráveis durante os últimos 20 anos, a quase universalização da educação é uma conquista, assim conquistas como essas são válidas diante ao pouco investimento diante a vasta economia do país. O buraco negro que o texto aborda, é uma crítica voraz a essa universalização da educação, visto que os pequenos estão na escola, mas não aprendem, pauta-se que a escola oferece uma educação de baixa qualidade, se apoiando no modelo tradicionalista de 50 anos atrás (giz, quadro, professor expositor).

A educação segundo o texto não é uma política em futuro não próximo, pois vivemos no agora e essa geração também vive, a reformulação de um novo ensino utópico tem que ser presente para todos “[...] é com medidas transformadoras que beneficiem as crianças do presente que também vamos construir pilares para beneficiar as gerações do amanhã” (IPEA PNAD, 2009, Pg. 04).

As entrevistas expostas no texto “Gargalos e desafios”, mostram educadores, líderes empresarial, políticos e atores sociais apontando os desafios que a atual educação enfrenta, e tais apontamentos giram em torno de: o baixo salário dos professores, ausência de formação prática durante a graduação, currículo nacional de baixa qualidade, déficit educacional, falta de investimento, gestões despreparadas, a falta de se priorizar a educação e a carência de conectividade, as três faturas morais brasileira (marginalização de drogas, sexo e prisão).

A educação infantil é uma das quais menos se tem um investimento financeiro, o texto afirma que é mais fácil educar uma criança do que um adulto, dado que o período de 0 e 3 anos é quando o ser humano mais se desenvolve.

Dessa forma, o foco teria que acontecer primeiramente na educação infantil, sendo que é uma das estratégias mais promissoras para a redução da desigualdade social na qual o Brasil foi forjado, dado que deve nivelar todo o sistema. “Um dos principais gargalos nesse nível é a formação específica do professor para Educação Infantil, a qual ainda segue o modelo assistencial e não foca no aprendizado da criança.

O professor deve ser um promotor do desenvolvimento infantil, vendo as crianças como parceiras ativas e sendo sensível às diferenças entre elas” (IPEA PNAD, 2009, Pg. 11). O principal obstáculo do ensino médio e fundamental segundo o texto, vai ser o currículo educacional, já que ele não abrange a real necessidade do aluno, a informação tem que ser manuseada junto e a favor do aluno, estimulando sua capacidade analítica e sócio emocionais. “Uma escola que oferece aos seus alunos uma porção de fatos para serem memorizados, mas é incapaz de preparar suas capacidades analíticas e sócio emocionais básicas, trava o seu desenvolvimento nos anos futuros, em vez de estimulá-lo” (IPEA PNAD, 2009, Pg. 12).

O ensino superior apresenta um baixo acesso por pessoas de baixa renda, programas como o FIES (Financiamento Estudantil) está fazendo que esse cenário mude, uma das pautas referentes ao ensino superior é a academia, que muitas das vezes distante do atual cenário que o estudante se encontra “o que se é ensinado no ambiente escolar, raramente está conectado com as demandas do mercado de trabalho e dos desafios da sociedade” (IPEA PNAD, 2009, Pg. 12), e isso faz com que os graduandos saiam com um déficit diante a sua educação para se desenvolver no mercado de trabalho.

Com isso, pode se afirmar que o ensino profissionalizante, o qual deveria ser utilizado para ampliar as oportunidades de inserção na economia e no meio social, deve-se libertar o trabalhador do seu contexto social em vez de submetê-lo a ele, o ensino tem que superar e transformar o ambiente em que está inserido, para ser capaz de aprimorar contextos, pensantes e capacitado para melhorar e compreender o que existe.

“O ensino profissionalizante deve ser mais que apenas uma válvula de inserção de jovens desempregados em um setor específico. Pode ser também uma

oportunidade de prepará-los, com novas capacitações, para atuar em distintos setores e em novas áreas da economia. O fundamental não é apenas transmitir a técnica para um jovem manusear uma máquina específica, em um setor e contexto particulares, mas desenvolver as habilidades do jovem para continuamente aprender com contextos e ferramentas novas” (IPEA PNAD, 2009, Pg. 13).

As principais ações, funções e limitações dos secretários, governo, MEC (Ministério da Educação), Movimentos Sociais, Pais, Conselhos escolares, Jovens, Professores, Sociedade Civil, ONGs, Fundações e empresas.

No setor público, os entraves que dificultam a educação, em grande parte está na falta de comunicação dos sindicatos e os setores responsáveis, que muitas vezes dificultam e impedem o alinhamento de ideias e estratégias para melhorar a qualidade da educação brasileira, assim como a vontade política que muitas das vezes, estagnam com seus discursos utópicos e investimentos rasos.

A resistência das inovações tecnologias pautadas em projeto pedagógico compõe as resistências na educação e nos casos de sucesso que norteiam a educação, podem trazer grandes mudanças, porém, seja ela qual for, tem que ser necessariamente feita para que os resultados floresçam, mesmo que para isso, seja preciso mudar a estrutura de uma escola, cobrar para os educadores cursos profissionalizantes, mudança e criação de novos métodos de ensino, para que as barreiras, apareçam possam ser superadas.

Contudo, essa análise fiel da educação brasileira evidencia o buraco em que ela se encontra, assim como definir medidas que podem ajudar a sair dele. É necessário investir e lutar pela educação, só assim sairemos desse mapa do buraco, como reitera o autor no qual diz que “Se fizermos a opção nacional pela educação de qualidade, como prioridade para o crescimento de nosso país, tornaremos o Brasil o país do presente” (IPEA PNAD, 2009, Pg. 13).

A cena política na educação

As políticas públicas em Educação consistem em programas ou ações elaboradas em âmbito governativo que, auxiliam na efetivação dos direitos previstos na CF (Constituição Federal) de 1988; onde tem expresso um dos seus objetivos que é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos. Nelas estão contidos dispositivos que permitem a Educação de todo, tal como a avaliação e ajuda na melhoria da qualidade de ensino no país. A partir dessas definições de políticas públicas educacionais, é preciso avaliar criticamente em que medida e a que se refere a direito à educação para todos, já que nem todos tem acesso à educação de qualidade, pois, há falta de comprometimento dos nossos governantes para se ter uma educação igualitária, visto que muitos dos discentes que moram no campo, não têm transporte, que é o suporte necessário para o mesmo poder chegar à escola, a precariedade da estrutura física da escola e principalmente os materiais didáticos, estão deixando a desejar também.

Essa Educação Política e o educar para a cidadania, trata-se de uma postura que precisa ser estimulada nos estudantes. Por isso, é importante que sejam abordados os direitos e os deveres civis e políticos nas escolas, que por sua vez, devem ser vivenciados por meios de conhecimento, habilidades, atitudes e valores. Oferecer educação política é o primeiro passo para a politização e a conscientização. Isso tem grande potencial de render benefícios para a democracia brasileira. Refletir sobre política é um exercício que permite o pensar na coletividade e implica exercitar a empatia, já que somos expostos às visões do outro. Sobretudo, leva-nos a pensar sobre o nosso papel como cidadãos e no impacto de nossas ações na sociedade. (Nunes, 2022)

Vale mencionar a importância das mudanças estruturais e organizacionais que se desenhavam no horizonte da educação, os Seminários de Educação Brasileira (SEBS) buscaram contribuir com reflexões transversais, estabelecendo relações entre esses distintos aspectos dessas mudanças e a efetivação do direito à educação de qualidade. Assim, orientando essas reflexões encontraram-se temas como: mudanças nas estruturas ocupacionais e sócio espaciais (cidade e campo); estratégias

articuladas para o acompanhamento da participação dos sujeitos sociais coletivos, nas políticas e programas nacionais de educação; formação e valorização docente; as escolas de tempo integral, entre outros.

Na visão de Araújo (2011, p.280), nós “ainda não temos no Brasil do século XXI um sistema de Educação que possa ser dominado nacional, dadas as profundas disparidades entre Estado e região”. Ainda que pesquisas apresentadas pelo Estado garantam a universalização do ensino básico, a realidade mostra que os índices de escolaridade brasileira são baixos e de qualidade inferior, se comparado com outros países, inclusive da América Latina. Essa realidade contraria radicalmente o que estabelece a legislação no que diz respeito à Educação como direito para todos. (Faveni, 2024)

A formação e o caminho das políticas educacionais brasileira, principalmente sua organização e regência do ensino básico nacional, têm sido notada influentemente pela concordância da descontinuidade e falta de planejamento em futuro distante que exponham o detrimento das políticas de Estado e conjunturais de governo. Tal método favorece as ações sem a merecida advertência do sistema de ensino, sobressaindo-se especialmente, a gestão, a organização, a formação inicial e continuada, a estrutura curricular e o processo de participação.

Embora o direito social a ser garantido pelas políticas públicas resultantes do estado tenha seu início tardiamente, no período cujo o império promulgou a Constituição política do império do Brasil em 1834, que previa a Educação Pública e gratuita, de todo modo, esse “direito” se estendia apenas para a formação primária, além de limitar a afluência total dos potenciais estudantes, em decorrência do ATO Adicional de 1834, que em consequência emendou a Constituição com uma reforma de tipo administrativa, deixando a responsabilidade da instrução primária a cargo das províncias, que consequentemente trouxe resultados insatisfatórios devido as condições socioeconômicas precárias de grande parte da população e das próprias províncias.

De antemão, aconteceram grandes mudanças na educação com a redemocratização do país, em especial a aprovação e promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou um julgamento amplo da educação e seu registro como direito social inalienável, e assim, a parcela entre os entes

federados da responsabilidade e da vinculação constitucional dos recursos destinados à educação. No campo das políticas educacionais, sobressaem-se, as alterações de ordem jurídico-institucional.

Dessa forma, é primordial salientar a procura das organicidades políticas, principalmente na esfera do governo federal e certos governos estaduais, nos anos de 1990, onde, em sintonia com a reforma do Estado e a procura por “modernização”, elaborando modelos atuais de gestão, dos quais o foco político-ideológico ambicionava conforme Oliveira, (2000, p. 331), “(...) introjetar na esfera pública as noções de eficiência, produtividade e racionalidade inerentes à lógica capitalista”. Na área educacional, é necessário salientar, também, a transcendência do papel exercido pelos órgãos plurilaterais, na definição de políticas educacionais na época.

Essas corroborações salientam as linhas estruturais à lógica político-pedagógica dos meios de sugestões e concretização das políticas educacionais, caracterizando-se, como indicativo de gestão centralizada e sem muita aplicabilidade pedagógica que possa mudar as regras de ensino, mesmo que acarrete modificações na rotina, nos ajustes e mínimas adaptações corriqueiras na escola, o que pode causar a pausa nas ações consistentes na prática escolar sem a provada agregação atualizada de moldes de organização e gestão. Isto não converteu-se em transformações, mas, sim, em um conjunto de irregularidades, que são excludentes e seletivas no entendimento e nas práticas, mostrando a realidade educacional vivenciada no país, contribuindo junto com a enxurrada de ações, de modo restrito ou ineficaz, para abalar as alterações educacionais, enfraquecendo de modo geral, a política de criação dos novos parâmetros orgânicos à prática educacional.

O ensino e os desafios no mundo social

Com as inovações tecnológicas e as grandes transformações que o mundo vem sofrendo, há grandes reflexões e mudanças na educação que vem enfrentando novos desafios de adaptação econômicos e políticos. Porém, deve-se estar preparado para essas mudanças, mesmo que elas não sejam positivas, pois, não há um olhar mais resiliente para os discentes e docente no que diz respeito

a tecnologia, visto que, esse é um ponto muito importante, quando se trata de educação à distância, on-line, em casa, dado que, a grande maioria dos profissionais e alunos que moram em periferias, comunidades e locais remotos, não tem acesso à tecnologia, aos meios que possam levar ou facilitar esse aprendizado em casa.

Quando se fala em ensino on-line, em casa, imediatamente vem à cabeça o uso da internet, computadores, etc., porém, isso está muito longe da realidade que grande parte dos brasileiros vivem, pois há muitas dificuldades para o acesso as tecnologias por motivos diversificados, o que não é visto e nem trabalhado pelos governantes e órgãos responsáveis pela educação, impondo e cobrando o modo de ensino, sem levar em conta esses problemas. É visível a ausência de preocupação e o descaso em dispor aos mesmos, os meios necessários para essa educação aconteça de verdade.

Também há a evasão, na qual é gritante o número de alunos que deixam de frequentar a escola por motivos diversificados como a escarcas de condições econômicas da família, desestrutura familiar, envolvimento com drogas e muitos outro, que acabam por aumentar essa evasão, apresentando baixo rendimento e índice abaixo do esperado nas escolas, como pode ser visto no Censo e outros meios de avaliação da educação. Algumas famílias enviam as crianças a escola somente como garantia de receber os auxílios pagos pelo governo, não se importando com o aprendizado da criança, pois deixam de acompanhar os mesmos em atividades, reuniões e reforços oferecidos pela escola, outros frequentam com o intuito único de se alimentar, não tendo o recinto escolar como o lugar de “aprender”, mas e tão somente, como forma de garantia de uma refeição.

Pode-se dizer que há uma crise a ser superada na educação, já que, há programas de incentivos a educação, que avaliam as normas e diretrizes curriculares voltados para esses problemas, porém, sem sucesso.

A evasão escola é a pedra no sapato quando falamos de educação a distância no Brasil, visto que o número de desistência dos alunos é alarmante, e isso, já é um problema que o ensino presencial já enfrenta há muitos anos no país, devido a pandemia que afetou o mundo, trazendo a privação de estarem nas salas das escolas. É alarmante o número de crianças e adolescente que estão fora da idade

escolar. O site “educador do futuro” evidenciou que a evasão nas escolas brasileiras aumentou em até 50%. Esse é um problema principalmente para crianças e adolescente.

Outro desafio enfrentado pela educação é a luta contra a distorção idade série, pois pela lei 9394/1996, aos 6 anos a criança deve ingressar no 1º ano do fundamental. Na faixa de 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no ensino médio na qual, muitos alunos estão fora da idade com relação a série de referência, prejudicando não somente a si, mas, a turma e os professores, que tem que trabalhar dois planos de aulas para suprir as necessidade desses alunos, que, por estarem fora de sala de aula por muito tempo, não retém e nem conseguem acompanhar a turma, muitas das vezes por não ser alfabetizado, ter vergonha de estar em uma série que não equivale a sua idade e ter dificuldade ou falta de interesse em aprender. Como relata o site “ajuda.focoescola.com.br “ a distorção idade-série mostra a porcentagem dos alunos matriculados que têm idade pelo menos 2 anos a mais do que a idade esperada para aquela série. O cálculo desta proporção é feito através de dados coletados no Censo Escolar, que traz a idade dos alunos matriculados em cada ano ou série das etapas de ensino. (Guerrero, 2022)

Essa distorção não só prejudica os alunos como também o índice, o desenvolvimento e também a escola, pois é nesse momento que o educando sente dificuldade e perde o interesse em prosseguir os estudos, abandonando a escola. Segundo Joedson Brito dos Santos

“Ainda, é grande o número de alunos que não chegam a completar 12 anos de estudos; a escolarização e muitos programas de formação de professores sofrem com a precariedade e pouca qualidade; muitos alunos têm baixos resultados nas avaliações de desempenho e de aprendizagem; e, muitos que concluem o ensino básico, além de não conseguirem entrar na universidade também, carregam déficits elementares de aprendizagem; falta clareza em relação à padrões mínimos de qualidade para as escolas e para a educação em geral”.(p. 02)

As relações educacionais e o campo do poder

Ao analisar os conceitos sobre o poder, observa-se que tradicionalmente, é exercitado por um agente capaz de impor sua vontade a outrem, independente da sua anuência. Essa noção tradicional está necessariamente ligada à ideia de liberdade, ou melhor, de restrição da liberdade individual pela dominação de um indivíduo por outro. Ribeiro (2013) apud Max weber (1991, p.33) aborda o conceito de poder clássico que: poder significa toda probabilidade de impor a vontade numa relação social, mesmo contra resistência, seja ela qual for o fundamento dessa probabilidade.

Esse sistema de poder é composto por hierarquias, e muitas vezes, o domínio chegar a ser abusivo. O poder controlador no âmbito educacional, nos amarram em estar subordinados a um sistema, no qual seguem-se regras fora até mesmo das leis imposta pelo Estado e pelo Ministério da Educação, que juntos formam o braço responsável por todo sistema educacional brasileiro. Esse campo escolar exige o aumento no índice de aprendizado, porém a realidade é que, em certos setores não há esse interesse com a aprendizagem particular dos alunos, criando apenas um sistema falsamente corruptos fora da realidade, refletindo nas grandes avaliações anuais, o baixo índice de aprendizagem enfrenta pelo Brasil.

O poder é o exercício da liderança sobre outras pessoas. Aqui vale salientar que: o campo do poder político que opõem-se sobre todo sistema educacional, governando os mais ‘fracos’ conscientemente ou inconscientemente. Chamados de os detentores do poder econômico e político, pois, na educação, as analogias do poder podem se manifestar de diversas formas, como na distribuição desigual de recursos entre escolas públicas e privadas, ou da sede para a comunidade rural.

Desigualdade na seleção de professores: em alguns setores públicos na prática do poder político, a “politicagem” impera de tal forma a prejudicar aquele profissional graduado e especializado, sendo estes trocados por aqueles que ainda não fizeram nenhuma graduação, totalmente despreparados para assumir o campo educacional, prejudicando toda a ação de aprendizagem. Também há diferença na seleção de conteúdos curriculares que valorizam apenas uma perspectiva cultural, ou históricas em

prejuízo de outras, ou na hierarquia de relações entre professores e alunos.

O poder na burocracia é abordado no momento da consideração de que tecnicamente, a burocracia é o meio de poder mais altamente desenvolvido nas mãos do homem que o controla, pois o abuso de formalidade em uma administração prejudica o desenvolvimento do bom profissional. Onde Weber a considera como o modo mais racional de exercer o poder, servindo a interesses políticos, econômicos ou de qualquer outra natureza. Segundo ele o poder exercido no Sistema de Ensino é o poder simbólico. (Castro, 1998) (...) “poder invisível que só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem, ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989, p.7).

Esses poderes políticos exercidos no Sistema de Ensino, são os responsáveis por toda as exigências e determinações, às vezes incômodas, feita por atores que, no momento exercer o poder na escola, estão sempre tentando contornar, junto à comunidade escolar, as imposições vindas dos órgãos oficiais.

Partindo para um outro pressuposto, não necessariamente incomum, o poder intitulado na escola é legitimado pelo currículo e pelas autoridades dos professores, sejam elas procedentes do saber ou da posição que ocupam nesses campos. Para Michel Foucault, o poder acontece como uma conexão de forças.

Para o pensador francês, há dois dispositivos utilizados pela sociedade para justificar o poder e domesticação dos corpos, que compõem o espaço social, são eles: ‘vigilância e punição’. (Pires, 2022) Vigilância sob um olhar atento do professor para trazer a ordem disciplinar na escola, para tanto, o professor precisa estar ciente do papel de educador, os direitos e deveres do aluno bem elaborados em sua mente (consentes).

Um meio de controlar as inquietudes dos discentes; controle este que está calcado no olhar vigilante e sem pressão, como aconteciam no passado, porém, as regras precisam ser impostas, não pautada em violências, mas em princípios e valores. Para tal resultado positivo é necessário que se tenha um importante e eficiente sistema de comando.

Não se exige da pessoa que entenda o funcionamento do todo, mas que seja eficiente no seu recinto. Por exemplo, o responsável pelo sino do colégio, o olhar constante do inspetor protege e guarda os corredores, o responsável pela fila que conseqüentemente deve ser formada. “O aluno deverá aprender o código dos sinais e atender automaticamente a cada um deles” (FOUCAULT, 2002, p. 140). Tudo isso existe na tentativa de manter a ordem.

No Brasil, ao criar as escolas primárias no término século vinte e um (XIX), instaurou-se, simultaneamente, vários eventos que incluíam comemorações cívicas, desfiles, exposições, escolares e exames, onde os ideais republicanos eram representados pelo grupo escolar que exponha as ações realizadas. No Brasil, esses embasamentos republicanos tiveram influência do positivismo, que tinha a ideia um poder centralizado e forte que permitiria o avanço e o progresso do país. As políticas positivistas reconhecem, apenas deveres e que nesse contexto, não abre espaço para a liberdade de pensamento nem para o individualismo. O texto atual expresso na bandeira nacional “Ordem e Progresso” foi influenciado também, por essa política positivista baseada na ideia de pensamento do sociólogo francês Auguste Comte (1798-1857): que expressava “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por meta”.

O exército e seus adeptos criaram a ideia de moral, ordem e progresso, que mais tarde, acabaram sendo utilizadas em instituições estaduais. Todo esse enredo de regras, faziam parte de uma educação estatal, onde a educação era vista como forma de adestramento política da república ideal. Nos dias atuais, Hoje em dia, esses ideais perderam a força, não havendo mais rituais educativos de cunho político-nacional, porém, Souza (1998), enfatiza que “em pouco tempo tornou-se desnecessária a propaganda das escolas para atrair a população”. E as regras adquiriram outros significados, tornando-se momentos especiais tanto para ambos, escola e cidades.

No meio dos diversos rituais que constituem a escola, há regras a serem seguidas não só pelos alunos e funcionários, mas também, outros grupos sociais que são essenciais para se viver em sociedade e garantir a disciplina e a ordem, que são princípios fundamentais para essa convivência a comunidade escolar, para a organização, o trabalho, dando forma e caracterizando as atividades

realizadas na escola.

No recinto escolar, no seu cotidiano, são primordiais, para o bom funcionamento, a ordem e a disciplina pois, é através delas que a hierarquia e autoridade serão estabelecidas, distinguindo as relações de poder entre os alunos e as instituições de ensino. Antes, podia ser percebido na organização das turmas, nos arranjos durante, nas atividades escolares e na exposição de seus trabalhos. No entanto, hoje faz-se necessário ainda tais padrões. É de suma importância para o processo educacional, a relação do professor com o aluno, na criação da história de vida do aluno e a escolar, na qual o aluno, nesta relação, constrói sua identidade.

Conforme Freire “o professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, o professor irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático racionalista, nenhum desses passa pelos alunos sem deixar sua marca”. (FREIRE, 1996, p. 73).

Hoje o campo de poder educacional passa por mudanças, esse campo de força que dantes detinham a indisciplina, no espaço de tempo está perdendo suas forças, onde o professor não é mais autoridade, sendo enfraquecido diariamente pelos reflexos de ondas de violências.

Então, se a escola pretende promover um ambiente para o crescimento de cidadãos conscientes e socialmente responsáveis, ela, deve extinguir, primeiramente qualquer ação autoritária, investindo numa educação libertadora, de respeito e amor. O desrespeito exagerado dos alunos, nos mostra que está faltando direcionamento para se alcançar ou seguir a nova ordem. Não há dúvidas que a relação entre o professor e seus alunos, contribui decisivamente no processo educacional e que através dessa relação, obtém-se a ligação do processo de aprendizagem, sendo o professor, o principal responsável por definir o momento certo para que ela aconteça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, os desafios enfrentados e vencidos, são conquistas válidas pelo pouco investimento feito na educação do país, diante da vasta economia que com uma administração corrupta acaba por prejudicar o desenvolvimento do bom profissional e do ensino que deixa a desejar, pois há o atraso no desenvolvimento educacional, bem como no desenvolvimento do país, já que estamos dando murro em ponta de faca, na esperança que a educação caminhe a passos vagarosos. Precisamos com urgência tirar o país da UTI que se encontra o sistema educacional, acabando com os altos índices de evasão, distorção idade série, baixos índices de avaliações e muitos outros problemas que puxam a educação no Brasil para o abismo que nossos governantes e autoridades estão nos levando, desvalorizando não somente a educação que recebe pouco investimento, mas também o profissional que nela atua.

Assim, para tornar claro as considerações finais deste trabalho, resgatou-se o problema de pesquisa que é “A cena política, o mundo social e o campo do poder” no qual faz-se uma análise de toda a problemática que inclui a educação no país, já que, é uma política de curto prazo, pois vivemos no agora e essa geração também vive, fazendo-se necessário a reformulação de um novo ensino utópico, que seja presente para todos, abrangendo todos os cantos, raças, classes social, igualando e ofertando o ensino de qualidade no país, contribuindo com sucesso, para o avance da educação.

Mostrando que no campo de poder educacional, a relação entre os alunos e os professores deixa de ser vista como aquela em que o docente é o dominante e o discente o dominado, para um vínculo de parceria e cumplicidade entre ambos, na ação de ensinar e aprender, pois, a conexão entre alunos e escola, em especial, ligação com o professor é o ponto crucial o sucesso no processo educacional.

REFERENCIAS

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IPEA PNAD. Mapadoburaco & a busca de soluções para sair dele. Ipea Pnad, 2009.

OLIVEIRA, D.A. Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000. Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Araújo 2000.

SANTOS, Joedson Brito dos. Avanços e Desafios da Educação Brasileira na Atualidade: Uma Reflexão a Partir das Contribuições de Hannoun e a Educação Infantil como uma Aposta Enactante, 2013. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

SOUZA, R. F. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

Nunes, Kamilla. Educação política: a conscientização começa na escola. Disponível em: <https://educatrix.moderna.com.br/educacao-politica-a-conscientizacao-comeca-na-escola/>

Faveni. Sociologia da educação. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/138864227/sociedade-economica>

Guerreiro, Nelson Rodrigo de. Como calcular a taxa de distorção Idade-série? Disponível em: <https://todasasrespostas.pt/como-calculer-a-taxa-de-distorcao-idade-serie>

Pires, Francisco Sousa. Quais são os poderes sociais? Disponível em: <https://todasasrespostas.pt/quais-sao-os-poderes-sociais>

Ribeiro, José Orion Martins. Influência das relações de poder na implementação do planejamento estratégico. Dissertação de mestrado, UFSM, disponível em: <https://1library.org/document/qore7jjq-influencia-das-relacoes-de-poder-implementacao-planejamento-estrategico.html>

Castro, Magali de. Um estudo das relações de poder na escola pública de ensino fundamental à luz de weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito. R. Fac. Educ, São Paulo, v.24, n.1, p.9-22, jan./jun., 1998

